



Revista Brasileira de Bioética

**Nilceu José Oliveira**

Centro Internacional de Bioética  
e Humanidades / Cátedra Unesco  
de Bioética / Programa de Pós-  
Graduação em Bioética da UnB,  
Brasília, DF, Brasil  
[nilceujo@terra.com.br](mailto:nilceujo@terra.com.br)

**Wanderson Flor do Nascimento**

Centro Internacional de Bioética  
e Humanidades / Cátedra Unesco  
de Bioética / Programa de Pós-  
Graduação em Bioética da UnB,  
Brasília, DF, Brasil  
[wandersonn@gmail.com](mailto:wandersonn@gmail.com)

## Modernidade, Colonialidade e Imperialismo Moral: manutenção de status quo na relação entre países centrais e periféricos

*Modernity, Coloniality and Moral Imperialism: status quo maintenance in the relationship between central and peripheral countries*

**Resumo:** Entre as relações desenvolvidas entre países encontramos parcerias, dominações, disputas de poder, sob o domínio do homem e de seus interesses. A Modernidade e seus reflexos impactam a relação entre países centrais e periféricos. Este texto se propõe a relacionar a Colonial-Modernidade e o Imperialismo Moral, este último como imperativo de manutenção de poder e influência. São referenciados trabalhos que caracterizam a Modernidade, o Colonialismo, a Colonialidade, bem como o Imperialismo Moral e os reflexos para a Bioética. Foi traçada uma relação entre estes conteúdos por meio da caracterização de ideias e reflexos na dinâmica dos contextos apresentados. A relação entre grupos, sociedades e países, a partir de interesses que podem estar para além da simples e pura manutenção de poder como forma de dominação, mas econômicos, culturais e de conhecimento, entre aqueles que acreditavam ser possuidores do status de racional em detrimento de outras racionalidades, ou seja, o não reconhecimento de um pluralismo.

**Palavras-chave:** Modernidade, colonialidade, imperialismo moral, bioética.

**Abstract:** Among the relations between developed countries, we find partnerships, dominions, power struggles, under man's dominion and their interests. Modernity and its consequences impact the relationship between central and peripheral countries. This text aims to relate Colonial-Modernity and Moral Imperialism, the latter as imperative of maintaining power and influence. Are referenced works featuring Modernity, the Colonialism, the Coloniality and the Moral Imperialism and reflections for Bioethics. A relationship between these contents through the characterization of ideas and reflections on the dynamics of contexts presented was drawn. The relationship between groups, societies and countries, from interests that may be beyond the simple maintenance of power as a form of domination, but economic, cultural and knowledge, among those who believed possessors of rational status over other rationalities, or non-recognition of a pluralism.

**Keywords:** Modernity, coloniality, moral imperialism, bioethics.

## Introdução

A partir das relações desenvolvidas entre países através dos tempos encontramos parcerias, dominações, disputas de poder, influências, certezas e incertezas, e “a vida vai seguindo” sob o domínio de alguns grupos e de seus interesses. Neste contexto, encontramos a Modernidade e seus reflexos na relação entre os chamados – de modo colonial – países centrais e aqueles ditos periféricos, e em outra denominação, já em desuso, países desenvolvidos e outros subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ou entre os modernos e racionais, e aqueles subalternos ou atrasados.

Um debate vem à tona e que não pode passar despercebido, trata-se do enfoque sobre o Universalismo Moral e o Pluralismo Moral, que se aplica em todas as áreas da relação humana e, entre estas e outras, como o meio ambiente, a saúde, os negócios, dentre outras. Apresentar de modo simples estas duas questões parece tarefa difícil, mas considerar que essas questões balizam posturas e condutas entre pessoas, sociedades, países, blocos econômicos, culturas, parece mais fácil.

A sustentação do Universalismo Moral, inclusive baseado em aspectos kantianos de abordagem e na Teoria do Direito Natural, parece interessante para a manutenção de poder, considerando que aquele que domina tem sempre a “força” para a possibilidade de manutenção desse poder, seja lá de onde ele veio, do fator econômico, social ou religioso, ou outro. É o detentor do poder quem estabelece as diretrizes “universais” a serem seguidas. (Melé, Sánchez-Runde, 2013)

A postura que trata do Pluralismo Moral vem ao encontro de demandas de sociedades com distintas culturas, valores, vontades, que procuram seus caminhos para um desenvolvimento e uma qualidade de vida, ambos desejáveis a partir de posturas próprias. (Melé, Sánchez-Runde, 2013)

No campo bioético estas questões parecem estar no centro da discussão para uma possível decisão a partir de um conceito de ética aplicada no campo da Saúde, num mundo de relações de dependência e, também, de resistências políticas. São visualizadas as possibilidades ou não de aplicação de princípios universais em detrimento de valores ou posturas diferenciadas? O respeito pela diversidade moral passa a ser um imperativo ético? (Chattopadhyay, De Vries, 2013).

Este trabalho se propõe reafirmar a relação entre a Modernidade e o Imperialismo Moral, este último como imperativo de manutenção de poder e influência de Nação

sobre Nação, ou de Estado sobre Estado, ou de Governo sobre Governo, de poder econômico sobre poder econômico, num contexto mais amplo e geral.

O caminho a ser trilhado parte da compreensão de que Modernidade e Imperialismo Moral estão mutuamente imbricados na relação entre sociedades, passando pelo Colonialismo e pela Colonialidade, por meio de contextos explanados, procurando o entrelaçamento ou interseção de conteúdo e intenções, nem sempre explícitas e bem definidas, para as análises que não se utilizam de perspectivas decoloniais.

## Modernidade e Colonialidade

A partir da conquista do continente que hoje conhecemos como América Latina temos o que se denomina uma nova ordem mundial, com o poder centrado numa relação europeia de controle e dominação, concentração dos recursos e benefícios para uma minoria de classe dominante. (Quijano, 1992)

Os dominadores europeus “ocidentais” e seus descendentes euro-norteamericanos são ainda os principais beneficiários junto com a parte não europeia do mundo que, precisamente, não fora antes colônia europeia, principalmente o Japão. E, em cada caso, sobretudo suas classes dominantes. Os explorados e dominados da América Latina e da África são as principais vítimas. (Quijano, 1992)

A Modernidade, a partir de modelos contextuais de países europeus, sustenta uma imagem do que se pretende expandir para o resto do mundo, visão geopolítica de poder, com a utilização, sobretudo, do conhecimento, da religião e da força para sua implantação. Isto pensado como tendo origem entre os séculos XVI e XVIII, principalmente em decorrência das grandes navegações, Reforma Protestante, Iluminismo e Revolução Francesa. (Flor do Nascimento, Garrafa, 2011; Dussel, 2000; Escobar, 2003)

Nesse cenário, a Modernidade passa a ser considerada como experiência do racional e para o progresso. Esse considerado mundo moderno é tratado pelos estudos sobre a Colonialidade como “modo eurocentrado de interpretação”, como anotado por Flor do Nascimento e Garrafa (2011), por ter na Europa e depois nos EUA a projeção para a abordagem nessas regiões e no resto do mundo de uma imagem a ser seguida.

Em função dessa imagem, tudo o que não é moderno não é civilizado, ou seja, é atravessado pela marca da barbárie, da marginalização, da

subalternidade. O local é, nesse contexto, menor, marginal, bárbaro, subalterno. O local é deslocado do centro; é visto como ligado ao retrógrado, com o que precisa ser educado, melhorado, desenvolvido, para alcançar o ideal/global. (Flor do Nascimento, Garrafa, 2011, p. 290)

A Modernidade como uma emancipação eurocêntrica é citada por Dussel (2000), como uma saída da imaturidade pelo esforço da razão, que proporcionaria à humanidade um novo desenvolvimento humano. Ainda sobre esse contexto, assevera Aníbal Quijano (2005b, p. 256):

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas, já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo –isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder.

Com o Colonialismo implantado, veio a relação de influência e poder mais direta, tanto no campo econômico, político, social e cultural, dos dominadores sobre os dominados. Temos assim a “América Portuguesa” e a “América Espanhola” e, posteriormente, a divisão da África em partes também sob a dominação de diversos países europeus.

No aspecto político, a partir do final do século XVIII e no XIX, a América “se põe” e “se sente” emancipada, através de movimentos chamados de independência ou libertação. Na África, da mesma forma, aconteceram esses movimentos de separação após as Grandes Guerras. Esperava-se, então, a derrota da dominação e da subordinação. Mas fica bem referenciado, no período de subordinação política, a produção de estruturas sociais codificadas como raciais, étnicas, ou nacionais – subjetividades produzidas por esta hierarquização dominadora, numa procura de justificativas racionais/científicas de afirmação de categorias, que seriam fenômenos naturais e não derivadas de estruturas de poder. (Quijano, 1992)



O sucesso do empreendimento colonial está relacionado ao fato de que os sujeitos posicionados do lado subalterno da diferença colonial passem a pensar como aqueles do lado hegemônico, internalizando, na subjetividade colonizada, a ideia de que todo o conhecimento válido proviria deste lado dominante. Este contexto é pautado na premissa da existência de uma imparcialidade ou neutralidade, o que na realidade não existe porque todo o processo estava ligado à estrutura de poder destes chamados dominantes (Escobar, 2003; Quijano, 2005a). Sobre a dimensão repressiva deste processo, o sociólogo peruano Aníbal Quijano afirma:

Foi seguida pela imposição do uso dos próprios padrões de expressão dos dominantes, assim como de suas crenças e imagens referidas ao sobrenatural, as quais serviram não somente para impedir a produção cultural dos dominados, mas também como meios muito eficazes de controle social e cultural, quando a repressão imediata deixou de ser constante e sistemática. (Quijano, 1992, p. 439)

A persistência do interesse, no campo social e econômico, nos países “emancipados” pelos dominadores, não ligada diretamente a um domínio político, se dá por meio de um certo tipo de imperialismo subsequente, que trabalha na manutenção de uma conformação do poder por meio de uma estrutura de imposição do exterior: persiste a dominação colonial, colonização de culturas, do imaginário dos dominados. (Quijano, 1992)

Pretendia-se, então, tornar a cultura/sociedade europeia um modelo universal, como um objeto de desejo, aquela que poderia dar poder, reduzindo os contextos sociais e culturais que estariam fora deste padrão e impedindo sua reprodução. O padrão europeu levaria ao desenvolvimento e faria que, com quem a ele se alinhasse, participasse do poder colonial. A cooptação de parte dos dominados para a replicação de conteúdo de interesse, com a indução de conquista de poder, de modo seletivo e parcial, é um instrumento de manutenção do poder colonial. Daí a Colonialidade como modo de dominação sequencial e atual em seguimento ao Colonialismo que mantinha uma ordem política clara junto aos dominados, não esgotando outras formas de dominação existentes entre as pessoas e Estados. (Quijano, 1992)

Esta Colonialidade não está mais ligada à presença ou não de uma administração local colonial para a manutenção de estruturas de dominação, numa continuidade da estrutura do colonialismo quanto a relação de poder e influência na tomada de decisão e de comportamentos - continuidade das formas coloniais de dominação, tais

como “opressão/exploração cultural, política, social e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados”. (Grosfoguel, 2010, p. 468)

A dominação e a expansão de poder, sobretudo das sociedades europeias e estadunidense, construíram e mantiveram uma estrutura hierarquizada de conhecimento superior em detrimento de outra inferior - aquelas que possuíam outras formas de conhecimento.

Ramón Grosfoguel (2010) aponta, como meios de manutenção deste status quo de poder e conhecimento, uma formação de classes de âmbito global - com a devida organização do trabalho; uma divisão do trabalho em centro e periferia - com atribuições coercitivas; um sistema interestatal de organizações político-militares para a manutenção do controle; uma hierarquia étnico-racial global, com a manutenção de privilégios; uma hierarquia de gênero, com privilégio para os homens, e sexual, com privilégio dos heterossexuais, e espiritual, que privilegia os cristãos; uma hierarquia epistêmica que privilegia o conhecimento ocidental em relação ao não ocidental; e uma hierarquia linguística que privilegia as línguas europeias com a produção de conhecimento e de teorias em detrimento de outras línguas e teorias não-europeias.

A partir da Colonialidade, os países que se autodenominam desenvolvidos – europeus e Estados Unidos – tendo como desejo o desenvolvimento e a imposição de padrões políticos, econômicos, sociais, morais e epistemológicos, criam sua própria identidade sobre a negação das identidades, igualmente criadas, de outros povos da América Latina, África e parte da Ásia (Flor do Nascimento, Garrafa, 2011). É observando esse processo que verificamos a imbricação entre Modernidade e Colonialidade:

Em outros termos, do mesmo modo que para a centralização do desenvolvimento do capital, a centralidade da Europa Ocidental na produção da modernidade era uma expressão da colonialidade do poder, isto é, colonialidade e modernidade/racionalidade foram desde o início, e não deixaram de sê-lo até hoje, duas faces da mesma moeda, duas dimensões inseparáveis de um mesmo processo histórico. (Quijano, 2005a, p. 240)

Flor do Nascimento e Garrafa (2011), apontam, como já citado, a estruturação desta Colonialidade em função de hierarquias, sendo que os inferiores estariam sobre a tutela dos superiores. E mais:

As formas de vida diferentes de países centrais e países periféricos não apenas supõem uma diferença de nível de desenvolvimento, mas também

um escalonamento de valores entre as vidas. Essa seria uma variante da diferença colonial que fundaria aquilo que chamaremos de Colonialidade da vida, que é exatamente o processo de criar uma ontologia da vida que autorize pensar que algumas vidas são mais importantes do que outras, desde o ponto de vista político, fundando assim uma hierarquia e uma justificativa para dominação, exploração e submissão, sob o pretexto de ser esse um caminho para o desenvolvimento da vida menos desenvolvida. (Flor do Nascimento, Garrafa, 2011, p. 292)

## Imperialismo Moral

Conceitos e abordagens são apresentados de forma a proporcionarem uma visão ampla de um contexto específico, descrevendo uma realidade existente e importante nas relações que podem envolver abordagens bioéticas sobre diversos temas, não se atendo a limites geográficos ou posturas sociais ou econômicas. Tais conceitos e abordagens são produzidos e reproduzidos em contextos de poder.

Por Poder, Portillo (2008) entende a faculdade ou jurisdição que alguém tem para mandar fazer algo ou influenciar decisivamente na tomada de decisão em circunstâncias ou acontecimentos – um tipo de relação entre indivíduos, sociedades ou países, com a respectiva influência na determinação de condutas. Quem identifica os problemas certamente participa das tomadas de decisão e escolhas sobre essas circunstâncias e acontecimentos. Quando o poder é exercido sem conhecimento daqueles que não tem poder instaura-se a manipulação e tem-se a coação quando este poder se emprega com êxito sem a aprovação ou razão daqueles que obedecem ou se submetem. O reflexo disso se traduz pelo poder de grupos ou sociedades dominantes se difundindo a partir das ideias e condutas destes dominantes com a respectiva transferência para os grupos ditos dominados que as assume como se delas fossem ou se boas fossem.

Como Pluralismo, num sentido mais amplo, define-se a coexistência de realidades sociais, políticas e culturais que induzem comportamentos e ações díspares e, às vezes, até opostas, no seio das sociedades. Em decorrência podem surgir questionamentos sobre a postura e decisões de Estado, num propósito de busca de melhores condições de convivência no contexto dos diversos modos de vida. O exercício da tolerância deve ser primordial nestes contextos de pluralismo. (Arpini, 2008)



Juan Carlos Tealdi (2005) apresenta o conceito de “ignorância culturalmente induzida” que permite não somente arbitrariedades, mas a consciência de ausência de culpa para a ação de indivíduos ou sociedades na imposição de posturas morais e comportamentos em outros grupos ou sociedades, o que não se permitiria a si próprios - invertendo o slogan “pensar globalmente e atuar localmente”, porque se trata de um pensamento local que busca atuar de forma global.

Como Imperialismo Moral, Garrafa (2008) trata da intenção de se praticar diferentes formas de coação, até a violência, para a imposição de padrões morais específicos de determinado contexto social, região geográfica, ou contexto político, a outras culturas, regiões ou países. O pesquisador aponta duas formas de atuação deste Imperialismo Moral no campo da Bioética que podem ser identificadas para a imposição desta forma de Imperialismo: uma ativa e outra passiva. A ativa tem como exemplo a introdução de conteúdo moral específico de países centrais em normatização internacional como forma de impor comportamento a outros grupos populacionais. Vale, neste caso, o querer impositivo levado a termo por legislação ou compromisso internacional com reflexos internos nas sociedades de cada país.

De forma passiva, o Imperialismo Moral se apresenta como parte de conteúdo educacional em eventos, treinamentos ou cursos que, de forma mais branda, criativa e sequencial, procuram impor condutas que refletem nas sociedades, grupos ou países, inclusive na formulação de instrumentos legais, tais como orientações para regulação de ética em pesquisa, com especial destaque para redução de proteção e garantias aos participantes de pesquisa ou ensaios clínicos (Garrafa, 2008). É importante notar que essa forma de imperialismo moral se sustenta sobre a forma de uma colonização do imaginário ou da subjetividade, nos termos de Quijano (2005a) e Grosfoguel (2010), fazendo com que as pesquisas realizadas em países mais vulneráveis sigam um modelo que lhes é imposto, sem que essa imposição seja nítida.

Assim pode-se induzir a implantação de padrões diferentes de condutas técnicas e éticas a sociedades ou grupos diferentes com a justificativa de que são “justificáveis”, por exemplo, métodos de investigação ou tratamento ou prevenção aplicados de forma diferentes em grupos, sociedades e países (duplo standard em pesquisas com medicamentos e a assistência médica), porque algumas sociedades são diferentes em seus aspectos culturais, sociais ou políticos, legitimando uma algum tipo de relação com a alteridade não justificável. Esta justificativa, entretanto, finda por hierarquizar também as vidas que estão em jogo quando da realização de pesquisas



sob a égide do duplo standard, configurando, assim, uma manifestação da colonialidade da vida. (Flor do Nascimento, 2012)

Modificações em documentos internacionais orientadores de caminhos técnicos e éticos são utilizados na indução e implantação de necessidades e vontades, modernidades e racionalidades, como ocorreu com a alteração de 2008 da Declaração de Helsinki. As condições ligadas à fragilidade, vulnerabilidade, passividade e até de omissão das sociedades ou Estados, principalmente frente a interesses econômicos ou na manutenção de estrutura de poder, são componentes importantes nestes contextos. (Tealdi, 2005; Garrafa, Prado, 2001; Tealdi, 2006; Garrafa, 2012; Garrafa, Lorenzo, 2008; Garrafa, Lorenzo, 2009)

Outra conduta que merece destaque é a baixa divulgação de trabalhos acadêmicos e artigos que trazem posturas, valores e vontades desses já tratados países “periféricos” nas principais revistas de amplitude internacional que tratam de temas ligados a Bioética, Ética Médica e correlatos, com a decorrente dificuldade de dispersão e afirmação de contextos e moralidades desses países. É difícil publicar nesses periódicos e, da mesma forma, ter o acesso aos artigos publicados somente é permitido mediante pagamento, o que dificulta bastante a divulgação e a consequente exposição de diferentes posturas e críticas. (Chattopadhyay, Myser, De Vries, 2015). E a palavra imperialismo é mais que apropriada para descrever esse cenário:

Imperialismo pode parecer uma palavra muito forte para descrever a difusão internacional e aplicação crescente de conceitos, princípios e práticas relacionadas da bioética. No entanto, se alguém concebe imperialismo como ‘um sistema em que um país governa outros países, às vezes tendo usado a força para obter poder sobre eles’ (Dicionário Cambridge Advanced Learner de 2010), então esta descrição pode não parecer muito improvável. Embora a força direta possa não ser utilizada, a suposição que uma visão predominantemente estadunidense para todo o mundo refletida na bioética deve fornecer a base para deliberar sobre questões fundamentais da vida tem vindo a operar como uma forma de hegemonia ou domínio cultural. (A. Petersen *apud* Solbakk, 2012, p. 71)

Desde este prisma, observamos como a colonialidade se articula de maneira bastante intensa com o Imperialismo Moral em Bioética, resultando em impactos nocivos para as sociedades e indivíduos de países que se localizam no polo geopolítico vulnerabilizado pelas relações coloniais, seja no que diz respeito à produção de conhe-

cimento, seja em práticas que provoquem malefícios à saúde e outras condições de vida dessas populações.

## Considerações finais

Como apresentado, o contexto de relações entre grupos, sociedades e países a partir de interesses que podem ser para além de simplesmente desejo de progresso e desenvolvimento, mostra-se como uma contundente maneira de manutenção de poder como forma de dominação, em níveis políticos, econômicos, culturais e de conhecimento. Esse fenômeno perpetua uma relação colonial perversa entre dominados e dominadores, entre aqueles que acreditavam ser possuidores do status de racionais e desenvolvidos, em detrimento de outras racionalidades e contextos culturais e socioeconômicos, ou seja, o não reconhecimento do pluralismo presente em diferentes formas de se viver e de escolha, levando à manipulação, coerção e indução de subjetividades em posturas e práticas, para a manutenção de vontades e interesses.

A Modernidade e seus reflexos e intenções, como demonstrado, leva à manipulação de comportamentos e vontades, a indução de posturas, que podem ser consideradas naturais, racionais, aparentemente derivadas de vontades. Assim, a relação direta entre Modernidade, Colonialidade e Imperialismo Moral pode ser vista de forma evidente, com a consequente imposição de modelos, condutas, posturas e interesses.

Como fato postulado e em pleno vigor no Brasil podemos citar o texto da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que traz o documento orientador para a avaliação dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos nesse país. Nesse texto normativo são apresentados os princípios que norteiam a elaboração do documento e que trazem a evidência de parâmetro avaliativo estadunidense, fruto daquela sociedade e seu modo de vida, quando se consideram balizadores principialistas para a avaliação desses citados projetos de pesquisa (Brasil, 2012). Não se pode considerar a Autonomia e a Justiça estadunidense de maneira acrítica no contexto brasileiro.

Em sentido oposto, a UNESCO em 2005 propôs e foi referenciada por seus membros, entre os quais o Brasil, uma Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, que traz subsídios mais adequados para uma visão ampla de possível elaboração de documentos nacionais para avaliação de projetos de pesquisa. Outros princípios são citados que proporcionam um conjunto de possíveis posturas mais

aplicáveis ao “mundo brasileiro”, tais como a o Respeito pela Vulnerabilidade e pela Integridade Individual, a Igualdade, Justiça e Equidade, a Solidariedade e Cooperação, e a Responsabilidade Social e Saúde, dentre outros não menos importantes. (UNESCO, 2005)

Fazer a crítica das relações perniciosas entre Imperialismo Moral, Colonialidade e Bioética é um imperativo para que os sentidos propostos pela Declaração da Unesco de 2005 possa expandir seu alcance e atuar de modo a reduzir as injustiças provocadas pelas imagens de vida que se afirmam em processos de poder que seguem subjugadores em nossas sociedades.

## Referências

1. Arpini A. Pluralismo. In: Tealdi JC, diretor. *Diccionario Latinoamericano de Bioética*. Bogotá: UNESCO - Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética, Universidad Nacional de Colombia; 2008.
2. Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Ministério da Saúde. Acessível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
3. Chattopadhyay S, De Vries R. Respect for cultural diversity in bioethics is an ethical imperative. *Med Health Care and Philos*. 2013; 16: 639–645.
4. Chattopadhyay S, Myser C, De Vries R. Imperialism in Bioethics: How Policies of Profit Negate Engagement of Developing World Bioethicists and Undermine Global Bioethics. Editorial. *J Bioeth Inq*. 2015; 12(4): 727-728.
5. Dussel E. Europa, Modernidade y Eurocentrismo. In: Lander E, editor. *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Caracas: FLACSO; 2000, p. 41-53.
6. Escobar A. Mundos y conocimientos de outro modo: el programa de investigación de modernidade/colonialidad Latinoamericano. *Tabula Rasa*. 2003; 1: 56-86.
7. Flor do Nascimento W. Diferença, poder e vida: perspectivas descoloniais para a bioética. In: Porto D, Garrafa V, Martins GZ, Barbosa SN, coordenadores. *Bioéticas, poderes e injustiças: 10 anos depois*. Brasília: CFM; 2012, p. 153-69.
8. Flor do Nascimento W, Garrafa V. Por uma vida não colonizada: dialogo entre a bioética de intervenção e colonialidade. *Saúde & Sociedade*. 2011; 20(2): 287–299.
9. Garrafa V. Imperialismo moral. In: Tealdi JC, diretor. *Diccionario Latinoamericano de Bioética*. Bogotá: UNESCO - Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética, Universidad Nacional de Colombia; 2008.



10. Garrafa V. O Congresso Mundial de 2002, a Declaração da Unesco de 2005 e a ampliação e politização da agenda bioética internacional no século XXI. In: Porto D, Garrafa V, Martins GZ, Barbosa SN. Bioéticas, poderes e injusticas: 10 anos depois. Brasília: CFM/Cátedra UNESCO de Bioética/ SBB; 2012.
11. Garrafa V, Prado MM. Mudanças na Declaração de Helsinki: fundamentalismo econômico, imperialismo ético e controle social. Cad. Saúde Pública; 2001; 17(6): 1489-1496.
12. Garrafa V, Lorenzo C. Moral imperialism and multi-centric clinical trials in peripheral countries. Cad. Saúde Pública. 2008; 24(10): 2219-26.
13. Garrafa V, Lorenzo C. Helsinque 2008: redução de proteção e maximização de interesses privados. Rev. Assoc. Med. Brasileira. 2009; 55(5): 497-520.
14. Grosfoguel R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e Colonialidade global. In: Sousa Santos B, Menezes MP, organizadores. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez; 2010, p. 455-491.
15. Melé D, Sánchez-Runde C. Cultural Diversity and Universal Ethics in a Global World. J Bus Ethics. 2013; 116: 681-687.
16. Portillo J. Dominación y hegemonia. In: Tealdi JC, diretor. Diccionario Latinoamericano de Bioética. Bogotá: UNESCO - Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética, Universidad Nacional de Colombia; 2008.
17. Quijano A. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". In: Bonillo H, compilador. Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones, FLACSO; 1992, p. 437-449.
18. Quijano A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander E (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO; 2005a, p. 227-278.
19. Quijano A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estud. Av., 2005b; 19(55): 9-31.
20. Solbakk JH. Bioética no divã. In: Porto D, Garrafa V, Martins GZ, Barbosa SN. Bioéticas, poderes e injusticas: 10 anos depois. CFM/Cátedra UNESCO de Bioética/ SBB; 2012.
21. Tealdi JC. Del fundamentalismo de los principios al imperialismo moral. In: Garrafa V, Kottow M, Saada A, coordenadores. Estatuto Epistemológico de la Bioética. México DC: Universidad Nacional Autónoma de México, Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco; 2005.
22. Tealdi JC. Historia y significado de las normas éticas internacionales sobre investigaciones biomédicas. In: Keyeux G, coordenadora. Ética de la investigación en seres humanos y políticas de salud pública. Bogotá: UNESCO. Red Latinoamericana y del Caribe: Universidad Nacional de Colombia, Instituto de Genética; 2006.



23. UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Brasília: Cátedra Unesco de Bioética; 2005. Acessível em: [http://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2015/05/ Declaração-Universal-sobre-Bioética-e-Direitos-Humanos.pdf](http://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2015/05/Declaração-Universal-sobre-Bioética-e-Direitos-Humanos.pdf)

Recebido: 20/01/2018. Aprovado: 31/12/2018.